

**Impactos da Covid-19: Percepção dos Profissionais de Contabilidade e Gestores de
Micro e Pequenas Empresas do Município de João Pessoa – PB**

*Impacts of Covid-19: Perception of Accounting Professionals and Managers of Micro and
Small Enterprises in the Municipality of João Pessoa – PB*

*Recebido: 21/01/2021 – Aprovado: 01/01/2022 – Publicado: 01/04/2022
Processo de Avaliação: Double Blind Review*

Aglaeudis Ferreira Rodrigues Campos
aglaeudis@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9221-5778>

Annamélia Aryadnyes Vieira Ribeiro da Silva
mhell.vieira@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-7939-8485>

Antonio Martins do Nascimento Neto
neeto.13@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9767-1593>

Maria do Carmo da Silva Neta
mariadocarmodsn@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-7305-8797>

Mateus Alexandre Costa dos Santos
mateusalexandrecs@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-1082-9491>

RESUMO

Os efeitos da pandemia da Covid-19 não se limitaram às questões de saúde pública, incidiram também sobre as relações sociais e econômicas em escala global. A retração da atividade econômica experimentada no ambiente doméstico, em função das medidas de isolamento social, gerou impactos danosos para a economia como um todo e no segmento das micro e

pequenas empresas (MPes) é possível que eles tenham se revelado de forma bastante particular, devido aos problemas preexistentes na gestão dessas entidades. A presente pesquisa teve como objetivo analisar a percepção de profissionais de contabilidade e de proprietários/gestores de MPes, do município de João Pessoa-PB, quanto ao papel da informação contábil na gestão dessas entidades no contexto da pandemia da Covid-19. A pesquisa foi operacionalizada por meio de um questionário estruturado *on-line*, onde foram obtidas as percepções desses atores. Com base nas respostas recebidas, foi possível verificar que, em relação ao nível de compreensão das informações contábeis, 42% dos proprietários/gestores das microempresas e 64% dos proprietários/gestores das empresas de pequeno porte possuíam um nível de compreensão da informação contábil que pode ser considerado elevado. Já considerando um cenário pós-pandemia, tem-se que 58% e 64% desses gestores, respectivamente, responderam que procurariam consultores ou pessoas com experiência em área comum à contabilidade. Diante dos resultados obtidos, constatou-se uma aparente incompatibilidade entre as percepções, o que levanta questões sobre se os proprietários/gestores, de fato, compreenderiam as informações contábeis que lhes são fornecidas ou se, por outro lado, os profissionais de contabilidade estariam, de fato, fornecendo informações úteis.

Palavras-chave: Covid-19; Microempresas; Empresas de pequeno porte; Informação contábil; Utilidade.

ABSTRACT

The effects of the Covid-19 pandemic were not limited to public health issues, but also focused on social and economic relations on a global scale. The retraction of the economic activity experienced in the domestic environment, due to the measures of social isolation, generated harmful impacts for the economy as a whole and in the segment of micro and small enterprises (MSEs), it is possible that they have proved to be quite particular, due to the preexisting problems in the management of these entities. This research aimed to analyze the perception of accounting professionals and owners/managers of MSEs, from the municipality of João Pessoa-PB, regarding the role of accounting information in the management of these entities in the context of the Covid-19 pandemic. The research was operationalized through a structured online questionnaire, where the perceptions of these actors were obtained. Based on the responses received, it was possible to verify that, in relation to the level of understanding of accounting information, 42% of the owners/managers of microenterprises and 64% of the

owners/managers of small companies would have a level of understanding of accounting information that can be considered high. Already considering a post-pandemic scenario, it is found that 58% and 64% of these managers, respectively, answered that they would seek consultants or people with experience in the common area of accounting. In view of the results obtained, there was an apparent incompatibility between the perceptions, which raises questions about whether the owners/managers, in fact, would understand the accounting information provided to them or whether, on the other hand, the accounting professionals were, in fact, providing useful information.

Keywords: Covid-19; Microenterprises; Small companies; Accounting information; Utility.

1. INTRODUÇÃO

As MPEs representam um segmento econômico significativo no cenário nacional. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020a), dos quase 6,4 milhões de estabelecimentos no Brasil, 99% são MPEs, as quais são responsáveis por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado e por 27% de todo o PIB nacional (SEBRAE, 2018).

Não obstante a sua representatividade, esse segmento, historicamente, enfrenta uma série de problemas de natureza operacional ou de gestão, tais como, a falta de clientes, falta de capital para investir, a ausência de conhecimento sobre o negócio e a mão de obra qualificada (SEBRAE, 2016). Situação que evidencia inúmeras fragilidades na condução desses negócios, revelando-se como um dos maiores desafios para a sobrevivência dessas entidades, os quais foram ampliados pela pandemia da Covid-19.

De acordo com o Sebrae (2020b), em nível Brasil, um total de, aproximadamente, 5,15 milhões de MPEs estariam em uma situação vulnerabilidade ante a crise da pandemia da Covid-19. Segundo esse levantamento, os setores de varejo tradicional, construção civil, moda, saúde, serviços de alimentação e logística e transporte, seriam os mais vulneráveis e responderiam a, aproximadamente, 78% das MPE em estado de vulnerabilidade.

Sendo assim, o fato é que, nesse cenário de crise econômica, sobram incertezas e, para muitas MPEs, a descontinuidade é uma questão presente. Desse modo, é fundamental que os impactos dessa pandemia sobre a posição patrimonial e financeira, bem como sobre o resultado

e os fluxos de caixa dessas entidades, sejam adequadamente mensurados, pois, somente assim, é possível produzir informações capazes de mitigar os efeitos de tais incertezas na tomada de decisão dos proprietários/gestores das MPEs.

É neste contexto que a informação contábil demonstra a sua relevância, pois, a mensuração das perdas e dos riscos advindos desse cenário adverso representa um dos aspectos centrais no âmbito do processo decisório das MPEs, o que pode ser crucial para a sua sobrevivência, revelando, dessa forma, a função estratégica que deve ser exercida pela contabilidade. Para tanto, a informação gerada deve ser útil naquele processo, o que somente poderá ocorrer se ela for relevante e representar fidedignamente aquilo que pretende, mas, não só, é preciso que a informação seja efetivamente compreendida pelos gestores das MPEs.

Nesse sentido, o presente estudo analisou a percepção de profissionais de contabilidade e de proprietários/gestores de MPEs, do município de João Pessoa-PB, quanto ao papel da informação contábil no processo decisório dessas entidades no contexto da pandemia da Covid-19.

Essa temática revela-se fundamental não apenas em razão da crise decorrente da pandemia da Covid-19, mas, principalmente, porque avança na investigação do quão útil a informação contábil é para as MPEs, aspecto que traz questões fundamentais para a discussão sobre a efetiva relevância da contabilidade e da própria profissão contábil no contexto brasileiro.

O presente artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na seção 2 é realizada a revisão da literatura. Na seção 3, os procedimentos metodológicos são apresentados. Já na seção 4, os resultados da pesquisa são evidenciados e discutidos. Por fim, na seção 5, as considerações finais são apresentadas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Adversidades encontradas na sobrevivência das MPEs

Ferreira *et al.* (2012) constataram que os principais fatores associados à mortalidade de entidades localizadas na cidade de São Paulo seriam a ausência de planejamento ou plano de negócios; a falta de inovação, *design* ou desempenho dos produtos e serviços; a dificuldade em conquistar e manter clientes; a concorrência; o baixo nível de escolaridade do empreendedor; e as limitações na competência gerencial dos gestores.

Mendonça *et al.* (2017) argumentam que, em muitas MPEs, decisões baseadas nas próprias experiências pessoais dos gestores, que colocam como prioridade as soluções de curto prazo, comprometem a geração eficiente de fluxos de caixa, o que revela a ausência de gestores preparados à frente dessas entidades. Costa (2018) também enfatiza que os fatores que levam à falência dos negócios estão conectados à relação gerencial e administrativa do empresário, assim como à gestão financeira da empresa. Já Albuquerque *et al.* (2018) chegaram à conclusão de que o insucesso das pequenas empresas se deveria ao emprego inadequado de fatores da tecnologia de segurança, à centralização das decisões, à supervisão indireta, ao planejamento de compras e estratégico informal.

Nesta linha, Alvarenga (2016) concluiu que a qualificação, a escolaridade e a experiência gerencial dos gestores representam fatores determinantes para a sobrevivência das empresas. O que é reforçado por Bertolami *et al.* (2018), que enfatizam a influência significativa que o capital humano exerce na sobrevivência da empresa, pois, a baixa escolaridade dos empreendedores contribui para o fechamento dos empreendimentos.

Apesar dos resultados desses estudos tomarem, individualmente, como referência uma amostra bastante restrita, eles dialogam entre si e convergem ao apontar a deficiência na gestão das MPEs como um dos principais fatores da sua mortalidade.

Por outro lado, Mahamid (2012) argumenta que a mortalidade também pode estar associada a fatores macroeconômicos, tais como, a política econômica do país, crises, ou até mesmo desastres ambientais. Nesse sentido, tem-se que a crise trazida pela pandemia da Covid-19 é emblemática, pois, criou um cenário até então não experimentado.

Para se ter ideia dos efeitos conjunturais dessa pandemia, conforme Sebrae (2020c), considerando o universo de 17,2 milhões de pequenos negócios (incluindo Microempreendedor Individual), 31% mudaram seu funcionamento, 58,9% interromperam as suas atividades temporariamente e 3,5% encerraram as suas atividades, enquanto 6,6% não mudaram a sua forma de funcionamento.

Neste levantamento, dentre outros pontos, verificou-se também que: (a) 87,5% experimentaram redução no seu faturamento; (b) 73,4% apresentavam situação financeira razoável ou ruim antes da crise; e (c) 54,9% necessitaram de empréstimos para manter o seu funcionamento sem gerar demissões, sendo que apenas 30% destes buscaram essa alternativa, destes, somente 11,3% obtiveram sucesso.

O isolamento social imposto impactou severamente muitos setores, tendo em vista as incertezas próprias desse cenário e a diminuição do consumo das famílias, levando, inevitavelmente, à retração da atividade econômica, cujos desdobramentos, tais como a elevação do nível de desemprego e do risco de crédito, são sistêmicos e que retroalimentam a própria crise.

Neste ambiente, as habilidades gerenciais se revelam ainda mais fundamentais à sobrevivência das MPEs e, considerando as limitações apontadas pela literatura, não é de se surpreender que a crise da pandemia da Covid-19 aumente o índice de mortalidade dessas entidades.

2.2. Informação Contábil e MPE

A gestão de qualquer empresa requer informações de natureza econômico-financeira. Decisões atreladas às atividades operacionais, de financiamento e de investimentos exigem isso, e tais decisões representam o cerne da gestão. Portanto, mesmo que os gestores das MPEs não utilizem a informação gerada pelos sistemas de contabilidade, eles próprios produzem, de uma forma bastante particular, informações de caráter contábil para subsidiar o seu processo decisório. Em outras palavras, a informação contábil, de uma maneira ou de outra, sempre é utilizada.

Santos *et al.* (2016) frisam que quando a informação contábil não gera benefícios para os seus usuários, ou seja, não lhes é útil, ela perde a sua essência, fazendo com que a manutenção de um sistema contábil, ainda que simplificado, passe a representar apenas um custo incremental sem justificativa econômica, mantido, em muitos casos, apenas em atendimento a uma exigência legal. As pesquisas têm indicado que essa é a realidade de uma parcela significativa das MPEs (GONÇALVES; GOMES, 2018; SILVA *et al.*, 2019; GUIMARÃES *et al.*, 2020; MOREIRA *et al.*, 2013; REBOUÇAS *et al.*, 2020; SMITH *et al.*, 2015). Este cenário é intrigante, uma vez que a literatura também demonstra a existência de inúmeros benefícios que a informação contábil é capaz de gerar para essas entidades (CANECA *et al.*, 2009; LUCENA, 2004; MORELLATO; NASCIMENTO, 2016; OLEIRO; DAMEDA; VICTOR, 2007; RIOS; MARION, 2019; SANTOS *et al.*, 2009;).

É possível que esse fenômeno possa ser parcialmente explicado pelas características dos proprietários/gestores das MPEs, em especial, no que se refere ao grau de escolaridade e à

competência gerencial, fatores necessários à capacidade desses indivíduos de compreender as informações e, portanto, utilizá-las no seu processo decisório (ANJOS et. al., 2012; GONÇALVES; GOMES, 2018; KOS et. al., 2014; NERY; CARRARO, 2016; SMITH et. al., 2015;).

Nessa linha, os resultados obtidos por Silva et al. (2010), Boas e Morais (2014) e Gonçalves e Gomes (2018), indicam que os proprietários/gestores das MPEs enfrentariam dificuldades na interpretação das demonstrações ou relatórios contábeis, o que poderia representar uma das principais causas da baixa utilização da informação contábil nessas entidades. É possível que tal situação seja, em parte, decorrente da falta de comunicação ou interação entre os proprietários/gestores das MPEs e os profissionais de contabilidade, isso porque, a literatura também tem mostrado que esses usuários compreendem o papel que a contabilidade poderia exercer no processo decisório (ANDRADE; OLIVEIRA, 2017; BOAS; MORAIS, 2014; SILVA et al., 2010; SILVA et al., 2019), de modo que estariam receptivos à informação contábil útil, sendo assim, é possível que as necessidades informacionais deles não estariam sendo atendidas satisfatoriamente.

Esse aspecto surge nas constatações feitas por Rebouças *et al.* (2020), pois, além da falta de comunicação entre os profissionais de contabilidade e os proprietários/gestores das MPEs, também foi verificada a descrença na contabilidade e o desconhecimento de outros serviços contábeis por parte desses usuários e, segundo eles, tais deficiências poderiam justificar a não utilização da contabilidade, de forma plena, como ferramenta de apoio às decisões.

Nesse ponto da discussão, tem-se que a atuação dos profissionais de contabilidade também se revela como um fator capaz de explicar o cenário de não utilização da informação contábil. Não obstante as limitações dos proprietários/gestores das MPEs, é responsabilidade do profissional de contabilidade gerar informações compreensíveis e adequadas às necessidades informacionais desses usuários, mesmo que seja necessário auxiliá-los no aprimoramento de processos para que sejam capazes de fornecer os *inputs* para a geração das informações.

Pelo que se vê nas pesquisas, aparentemente, isso não estaria acontecendo, o que sugere que os profissionais de contabilidade também encontrariam dificuldades de gerar informações adequadas, tanto em conteúdo quanto em forma, às necessidades e competências dos proprietários/gestores das MPE e, portanto, compreensíveis por esses usuários (ANDRADE; OLIVEIRA, 2017; GONÇALVES; GOMES, 2018). Ademais, muitos destes sequer conseguem demandar informações por desconhecerem o potencial informacional da contabilidade (HALL

et al., 2012; REBOUÇAS et al., 2020). Problemas que também podem decorrer das deficiências na comunicação entre esses atores (REBOUÇAS et al., 2020; SILVA et al., 2019; SMITH et al., 2015).

Em síntese, o que se verifica é que a questão central desse problema reside na percepção dos usuários quanto à utilidade da informação contábil e na capacidade de os profissionais de contabilidade demonstrarem tal atributo. Essa questão pode ser enfrentada sob diversas perspectivas. No presente estudo, ela será explorada confrontando as percepções dos profissionais de contabilidade e dos proprietários/gestores das MPEs, na conjuntura econômica crítica deflagrada pela pandemia da Covid-19.

3. METODOLOGIA

O objetivo deste estudo é analisar a percepção de profissionais de contabilidade e de proprietários/gestores de MPEs quanto ao papel da informação contábil na gestão dessas entidades no contexto da pandemia da Covid-19. Todos os indivíduos pertenciam ao município de João Pessoa, Paraíba.

Para consecução da pesquisa, foram aplicados dois questionários eletrônicos estruturados. O primeiro deles, composto por 16 questões de múltipla escolha, foi destinado aos proprietários/gestores das MPEs. Enquanto o segundo, composto por 12 questões de múltipla escolha, foi destinado aos profissionais de contabilidade. A aplicação desses instrumentos foi realizada por e-mail, ficando disponível entre os dias 20 de maio e 06 de julho de 2020.

No que se refere ao questionário destinado aos proprietários/gestores das MPEs, vale salientar que se buscou identificar aquelas enquadradas como microempresa (ME) e como empresas de pequeno porte (EPPs), no intuito de avaliar se as percepções dos proprietários/gestores poderiam ser diferentes em função do tamanho das MPEs. O total de respondentes alcançou 78 indivíduos, distribuídos da seguinte maneira:

Tabela 1 – Categorização dos Respondentes

Tipo de respondente	Quantidade
Proprietário/gestor de ME	33
Proprietário/gestor de EPP	14
Profissional de Contabilidade	31

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Por fim, é válido esclarecer que os respondentes não possuem, necessariamente, vínculos entre si.

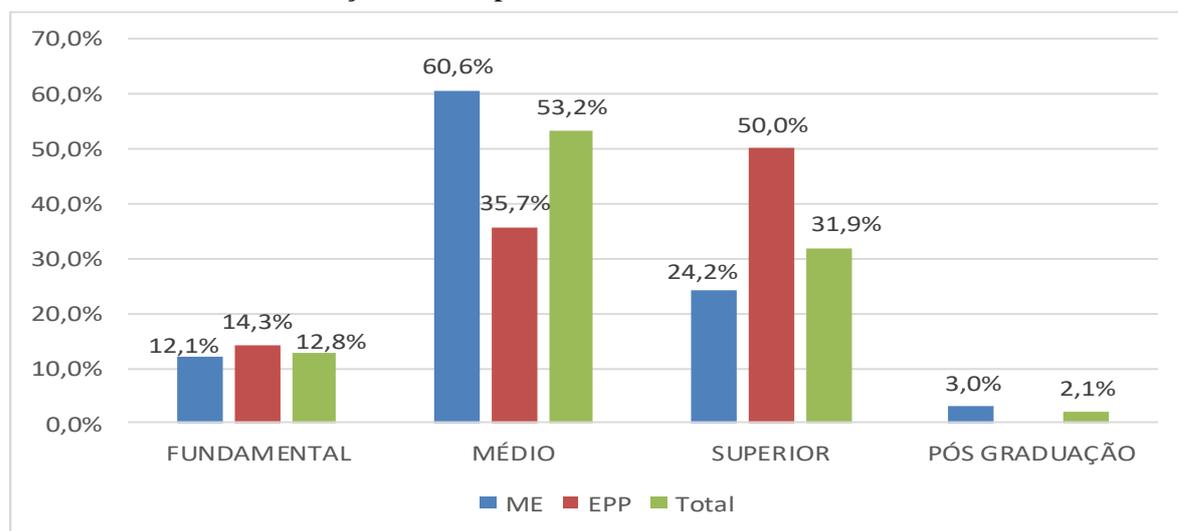
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Perfil dos respondentes e das empresas

Em relação ao gênero, observou-se que maior parte dos empresários são do sexo feminino (54,5% nas MEs e 71,4% nas EPPs). No que diz respeito à faixa etária, verificou-se a predominância na faixa de 36 a 45 anos, representando 46,8% dos proprietários/gestores das MPEs, o que se alinha às constatações realizadas por Kos *et al.* (2014) e Silva *et al.* (2019).

No tocante à formação, tem-se que 60,6% dos proprietários/gestores de MEs possuem o ensino médio, alinhando-se ao verificado por Costa (2018). Já nas EPPs, o maior percentual observado é daqueles que possuem ensino superior, alcançando 50% dos respondentes, corroborando Righi *et al.* (2019). Considerando o total de MPEs, observa-se que predomina o ensino médio, com 53,2% dos proprietários/gestores, constatação também realizada por Kos *et al.* (2014). O Gráfico 1 evidencia o cenário completo para esse quesito.

Gráfico 1 – Nível de Instrução dos Proprietários/Gestores



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No que compete ao tempo de atuação no mercado, tem-se que 76% das MEs possuem de 3 a 5 anos no mercado, sendo que 45% atuam no setor de serviços. No caso das EPPs, tem-se a preponderância de atuação no setor industrial, correspondendo a 71%. Quanto ao tempo de atuação, verificou-se que 64% possuem de 6 a 10 anos.

Já para os profissionais de contabilidade pesquisados, observou-se que todos são contadores e que há a preponderância do sexo masculino (52%). Quanto à faixa etária, observou-se que 33% estão na faixa de 36 a 45. Verificou-se também que 65% dos profissionais exercem a função de 6 a 10 anos e que 55% atuam como funcionários e/ou gerentes na área.

4.2. Relação entre contabilidade e MPE

Nesta etapa da pesquisa, buscou-se caracterizar como seria a relação mantida entre as MPEs e a contabilidade, o que foi analisado tanto pela percepção dos empresários quanto dos profissionais de contabilidade.

Os resultados indicaram que em 82% das MEs e 64% das EPPs, o responsável financeiro seria um membro da família ou o proprietário. O caráter familiar é uma característica que tende a ser comum nas MPEs e as constatações aqui reforçam essa percepção, alinhando-se àquelas obtidas Smith *et al.* (2015).

Nas EPPs há uma maior atuação de funcionários contratados como responsável financeiro, alcançando 36% das entidades pesquisadas, contra 18% verificado para as MEs. Tal resultado sugere que, por serem maiores, as EPPs acabariam exigindo uma atuação profissional nas funções ligadas à gestão, reduzindo-se, portanto, o caráter familiar nessa área.

No que compete aos responsáveis pela contabilidade, 88% das MEs e 100% das EPPs utilizam serviços especializados de escritórios de contabilidade. Resultado que não é surpreendente, uma vez que poderia ser oneroso para essas entidades, em especial para as MEs, manterem um setor contábil na sua estrutura organizacional, o que se aproxima das argumentações de Nery e Carraro (2016).

Em relação às principais bases para a tomada de decisão, destacaram-se as informações fornecidas pela contabilidade (MEs: 42%; EPPs: 29%), as pessoas com experiência na atividade empresarial (MEs: 27%; EPPs: 14%) e a contabilidade terceirizada (MEs: 9%; EPPs: 36%). O que se observa nesses resultados é que, de uma maneira geral, os proprietários/gestores das MPEs utilizariam a informação gerada pela contabilidade (MEs: 51%; EPPs: 65%). Constatação que pode ser considerada, em princípio, destoante dos resultados obtidos por boa parte dos estudos pesquisados (GONÇALVES; GOMES, 2018; GUIMARÃES *et al.*, 2020; MOREIRA *et al.*, 2013; REBOUÇAS *et al.*, 2020; SILVA *et al.* 2019; SMITH *et al.*, 2015).

Contudo, é possível que, na amostra analisada, algumas das deficiências apontadas pela literatura, como por exemplo, as limitações quanto à competência gerencial e à capacidade de

compreender e utilizar a informação contábil, bem como a falta de comunicação ou interação entre os proprietários/gestores das MPEs e os profissionais de contabilidade, não sejam tão graves, de modo que permitiriam a efetiva utilização da informação contábil.

Em relação aos serviços/informações mais demandados, a Tabela 2 apresenta os resultados acerca desse quesito, relativamente aos proprietários/gestores das MPEs.

Tabela 2 – Proprietários/gestores: serviços/Informações contábeis mais demandados

Painel 1 – ME

Serviço/Informação	Respostas	%
Fluxo de caixa	15	45,4%
Demonstração do Resultado e Balanço Patrimonial	11	33,3%
Obrigações fiscais	3	9,1%
Folha de pagamento	2	6,1%
Orçamento	2	6,1%
Formação de preço e venda	0	-
Total	33	100%

Painel 2 – EPP

Serviço/Informação	Respostas	%
Folha de pagamento	4	28,6%
Demonstração do Resultado e Balanço Patrimonial	3	21,4%
Orçamento	3	21,4%
Fluxo de caixa	2	14,3%
Obrigações Fiscais	2	14,3%
Formação de preço e venda	0	-
Total	14	100%

Painel 3 – Total (MPE)

Serviço/Informação	Respostas	%
Fluxo de Caixa	17	36,2%
Demonstração do Resultado e Balanço Patrimonial	14	29,8%
Folha de pagamento	6	12,8%
Orçamento	5	10,6%
Obrigações Fiscais	5	10,6%
Formação de preço e venda	0	-
Total	47	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

As respostas apresentadas pelos profissionais contábeis exibem uma percepção semelhante às evidenciadas na Tabela 2. Para eles, os serviços/informações mais oferecidos seriam os seguintes:

Tabela 3 – Profissionais de contabilidade: serviços/informações contábeis mais oferecidos

Serviço/Informação	Respostas	%
Demonstração do Resultado e Balanço Patrimonial	10	32,3%
Fluxo de caixa	9	29,0%
Orçamento	6	19,4%
Folha de pagamento	4	12,9%
Obrigações fiscais	2	6,4%
Formação de preço e venda	0	-
Total	31	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os resultados deixam evidente que os proprietários/gestores de MPEs formam seu preço de venda sem utilizar informações geradas especificamente para esse fim pela contabilidade. Entretanto, é importante salientar que essa constatação não indica que para tal processo a informação contábil não seja utilizada, tendo em vista os demais serviços/informações demandados.

Um ponto que chama a atenção é no que se refere à percepção quanto às obrigações fiscais. O que se observa é que não haveria uma demanda relevante por tal serviço/informação, o que, talvez, possa ser justificado pela sua natureza obrigacional, ou seja, ele é realizado em atendimento a uma exigência legal e não para subsidiar a gestão das MPEs.

Outrossim, é interessante notar que as percepções são convergentes no que se refere às demonstrações contábeis e aos fluxos de caixa. Trata-se de um resultado relevante pois estes artefatos concentram um elevado conteúdo informacional, que permite retratar a posição patrimonial, financeira e econômica da entidade, representando, dessa forma, um importante insumo informacional para o processo decisório.

Este resultado vai na direção contrária das constatações obtidas por Silva et al. (2010), Boas e Moraes (2014) e Gonçalves e Gomes (2018), e sugere que os proprietários/gestores das MPEs analisadas conseguiriam compreender, mesmo que parcialmente, a informação contábil, por isso a demandariam. Essa hipótese é reforçada pela autoavaliação desses usuários especificamente quanto a esse aspecto, cujos resultados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Proprietários/gestores de MPE: nível de compreensão das informações contábeis

Nível de Compreensão	ME		EPP		Total (MPE)	
	Respondentes	%	Respondentes	%	Respondentes	%
Baixo	9	27,3%	3	21,4%	12	25,5%
Intermediário	10	30,3%	2	14,3%	12	25,5%
Alto	14	42,4%	9	64,3%	23	49,0%
Totais	33	100%	14	100%	47	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em linhas gerais, 74,5% dos proprietários/gestores das MPEs reconhecem que são capazes de compreender, em maior ou menor medida, as informações contábeis que lhes são fornecidas. Resultado que se alinha à percepção de 23 (74,2%) dos profissionais de contabilidade analisados, ou seja, para tais respondentes, aqueles usuários compreenderiam as informações contábeis. Contudo, para 14 (45,2%) dos profissionais, apesar dos proprietários/gestores das MPEs compreenderem a informação contábil, eles não a considerariam útil, enquanto para 7 (22,6%) dos respondentes, tais usuários considerariam a informação contábil útil, porém não a utilizariam.

Por fim, ao analisar a tempestividade da oferta das informações contábeis, nota-se que todos os proprietários/gestores das EPPs e 31 (94%) das MEs, consideram que as informações, geralmente ou sempre, são fornecidas tempestivamente. Quanto aos profissionais de contabilidade, 7 (22,6%) afirmaram que fornecem as informações no prazo estabelecido, já 17 (54,8%) reconhecem que fornecem com até 5 dias de atraso, enquanto para 7 (22,6%) deles esse atraso é de até 15 dias.

Esses resultados apontam circunstâncias intrigantes e, até mesmo, posicionamentos conflitantes. Os proprietários/gestores das MPEs sinalizam que compreendem bem as informações contábeis que lhes são fornecidas e reconhecem que as recebem tempestivamente, no entanto, os profissionais de contabilidade percebem que esses usuários não utilizariam essas informações mesmo quando consideradas úteis. A questão é: se as informações são bem compreendidas e tempestivamente disponibilizadas, o que lhes faltaria para que fossem consideradas úteis e efetivamente utilizadas pelos proprietários/gestores das MPEs?

Mas o fato é que os resultados aqui obtidos, em especial no que se refere às bases para tomada de decisão e aos serviços/informações mais demandados, sugerem que os proprietários/gestores das MPEs utilizariam as informações contábeis.

4.3. Impactos da Covid-19 nas MPEs

No que se refere aos impactos da pandemia causada pelo novo coronavírus, constatou-se que 91% das MEs e 100% das EPPs foram afetadas diretamente na sua atividade. Percepção reforçada pelos profissionais de contabilidade, cujas respostas indicaram que 81% desses profissionais afirmaram que a saúde financeira das MPEs sofreu impactos negativos com a pandemia.

Os empreendedores das MPEs afirmaram que as dificuldades mais enfrentadas no momento pandêmico foram a queda nas vendas (47%) e a inadimplência dos clientes (34%). Pagar os salários dos funcionários (1%) e arcar com a carga tributária (4%) foram os itens menos relatados dentre os pesquisados.

Considerando as constatações obtidas pelo Sebrae (2020c), observa-se que os resultados aqui obtidos se alinham ao quadro geral verificado, representando um recorte que reflete uma realidade sistêmica. Para se ter ideia, no universo de 17,2 milhões de pequenos negócios (incluindo Microempreendedor Individual), 31% mudaram seu funcionamento, 58,9% interromperam as suas atividades temporariamente e 3,5% encerraram as suas atividades. Daquele total, 87,5% informaram que enfrentaram redução no seu faturamento (SEBRAE, 2020c).

Contudo, chama a atenção a constatação de que apenas 1% das MPEs analisadas indicaram pagamento de salários dos funcionários como uma das dificuldades enfrentadas meio à crise. Esse resultado contraria a constatação geral em Sebrae (2020c) de que 54,9% dos pequenos negócios teriam necessitado de empréstimos para manter o seu funcionamento sem gerar demissões, sendo que apenas 30% teriam buscado essa alternativa, mas que somente 11,3% destes teriam obtido sucesso.

Não obstante essa divergência do quadro geral, é possível que a constatação aqui verificada pudesse ser justificada pelo Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), concedido pelo Governo Federal no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, de que trata a Lei nº 14.020/2020, o qual, dentre as suas medidas, previa o pagamento de um benefício para os empregados que tiveram sua jornada de trabalho diminuída ou suspensa, restando para as empresas arcar apenas com uma parte da remuneração (BRASIL, 2020).

Quanto à obtenção de capital de giro, nenhuma das EPPs relatou dificuldades para tal obtenção, no entanto, 18% das MEs indicaram a existência de algum tipo de dificuldade. Esta situação das MEs também foi relatada em um levantamento realizado pelo Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias (Simpí) juntamente com o DataFolha (2020). Empresários informaram que a burocracia e as restrições impostas pelos bancos que receberam recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social para realizar esse tipo de intermediação financeira e suporte às pequenas empresas, foram exacerbadas, a ponto que, de acordo com o

estudo realizado, 9 dentre 10 das micro e pequenas indústrias não tiveram acesso a essa linha de crédito (SIMPI, 2020).

No que tange à informação considerada mais relevante para a gestão na retomada das atividades pós-pandemia, os proprietários/gestores das MPEs responderam conforme evidenciado na Tabela 5.

Tabela 5 – Proprietários/gestores de MPE: informações relevantes pós-pandemia da Covid-19

Nível de Compreensão	ME		EPP		Total (MPE)	
	Respondentes	%	Respondentes	%	Respondentes	%
Planejamento Tributário	17	51,5%	10	71,4%	27	57,5%
Gestão de Fluxo de Caixa	14	42,4%	2	14,3%	16	34,0%
Seleção de Fornecedores	2	6,1%	2	14,3%	4	8,5%
Totais	33	100%	14	100%	47	100%

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Na ótica dos contadores, por sua vez, a gestão do fluxo de caixa (42%) e o planejamento tributários (39%), serão os serviços que mais serão solicitados pelos empreendedores na retomada das atividades. As visões desses atores são convergentes e, especialmente considerando a percepção dos proprietários/gestores das MPEs, tem-se que a informação de natureza contábil-financeira ocupará um papel central no cenário pós-pandemia, um papel na gestão desse período crítico, sugerindo, dessa forma, que esses usuários compreendem a relevância dessa informação para o seu processo decisório.

Contudo, quando os proprietários/gestores das MPEs foram questionados sobre quem seria a pessoa a quem recorreriam no cenário pós-pandemia, verificou-se que 58% procurariam consultores, enquanto 64% procurariam pessoas com experiência em área comum de atuação. Já 24% das MEs e 29% das EPPs procurariam o Sebrae, enquanto, apenas 18% das MEs e 7% das EPPs indicaram que procurariam um contador.

Considerando as informações julgadas como mais relevantes para o período pós-pandemia da Covid-19 (Tabela 5), chama a atenção a baixa disposição dos proprietários/gestores das MPEs em recorrerem a um profissional de contabilidade. Essa aparente incompatibilidade sugere que esses usuários, apesar de compreenderem a importância da informação contábil, desconheciam o potencial da própria contabilidade.

Os resultados aqui obtidos também são intrigantes, porém, não seriam incomuns, uma vez que tal situação tem sido verificada pela literatura, inclusive, parte dela atribuí como causa desse problema as deficiências na comunicação entre contadores e empresários (HALL et al. 2012; REBOUÇAS et al., 2020; SILVA et al., 2019; SMITH et al., 2015).

Esta suposta falha de comunicação entre os contadores e empresários pode convergir com os resultados de Smith *et al.* (2015) que destacaram a existência de um contato mínimo entre as duas partes. Tal problema poderá acarretar um viés informativo, pois os contadores podem não conhecer as necessidades informativas dos empresários e estes poderão não saber obter o máximo de proveito da contabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando um cenário “normal”, os resultados obtidos indicam que os proprietários/gestores das MPEs compreenderiam a importância das informações contábeis para o seu processo decisório e que as utilizariam para esse fim. Contudo, na percepção dos profissionais de contabilidade, apesar dessa compreensão, as informações não seriam utilizadas.

Já no contexto da pandemia da Covid-19, constatou-se que uma parcela significativa das MPEs analisadas foi impactada, cujo principal reflexo foi a redução do faturamento, o que poderia ser considerado algo esperado, haja vista a retração da atividade econômica experimentada no período.

Quanto às perspectivas para o período pós-pandemia, verificou-se, por parte dos proprietários/gestores das MPEs, uma preocupação com a gestão do fluxo de caixa e o planejamento tributário, ações consideradas as mais importantes, o que foi corroborado pelos profissionais de contabilidade. No entanto, apesar desses resultados, os proprietários/gestores das MPEs indicaram que procurariam por consultores e pessoas experientes para auxiliá-los nesse processo, no qual, os profissionais de contabilidade teriam pouca participação.

Em síntese, os resultados sugerem a existência de deficiências quanto ao atendimento das necessidades informacionais dos proprietários/gestores das MPEs por parte dos profissionais de contabilidade, situação que se alinha às pesquisas sobre o assunto.

Mas o fato é que se trata de uma questão complexa e multifatorial cujas respostas estão além dos resultados aqui analisados, uma vez que envolve a análise quanto à efetiva compreensão da informação contábil por parte dos proprietários/gestores das MPEs e às competências gerenciais desses indivíduos, bem como quanto à eficiência dos profissionais de contabilidade na geração da informação e na identificação das necessidades informacionais dos usuários dessa informação, o que, dentre outros aspectos, pode relacionar-se às deficiências na comunicação entre esses atores. Enfim, trata-se de uma questão estrutural.

Apesar disso, no cenário de pandemia e pós-pandemia, os resultados sugerem que os proprietários/gestores das MPEs estariam receptivos às informações de natureza contábil-financeira e que estariam dispostos a utilizá-las efetivamente no seu processo decisório. Isso pode representar uma oportunidade para que os profissionais de contabilidade consigam aprimorar a comunicação e superar as demais deficiências existentes na relação com esses usuários.

O estudo possui inúmeras limitações que vão desde o reduzido número de respondentes e o alcance geográfico, até o não aprofundamento em questões relevantes, como por exemplo, no que se refere à possível falta de comunicação entre usuários e profissionais de contabilidade e os reflexos sobre essa relação.

Nessa perspectiva, fica o incentivo à realização de trabalhos futuros que analisem os como os artefatos contábeis contribuíram com a gestão das MPEs no período da pandemia e pós-pandemia, fazendo um estudo comparativo com outros municípios, ou até mesmo em nível nacional. Outrossim, há inúmeras avenidas de pesquisa para explorar o quão útil é a informação contábil para a gestão das MPEs, aspecto que, em verdade, revela-se como pano de fundo desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. F. *et al.* Os aspectos organizacionais e a mortalidade da pequena empresa: descrição dos fatores relevantes no setor de varejo de vestuário. **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, Bauru, v. 13, n. 3, p.176-209, set. 2018.

ALVARENGA, R. A. Estudo dos fatores contribuintes para a mortalidade das micro e pequenas empresas do estado do maranhão. **International Journal of Innovation**, v. 4, n. 2, p. 106-118, 2016.

ANDRADE, C. F. A. **Empreendedorismo na contabilidade:** Os desafios da contabilidade empreendedora nas pequenas empresas. 2018. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso – UNINE Salvador, Salvador, 2018.

ANDRADE, P. H. T.; OLIVEIRA, A. S.; Qualidade da informação contábil em micro e pequenas empresas. Osasco, **REMIPE**, v. 3, n. 2, p. 259-278, 2017.

ANJOS, L. C. M. *et al.* Uso da contabilidade para obtenção de financiamento pelas micro e pequenas empresas: um estudo a partir da percepção dos gestores. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 86-104, jan. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/3bPWhSc>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ARAÚJO, A.; TEIXEIRA, E. M.; LICÓRCIO, C. A importância da gestão no planejamento de fluxo de caixa para o controle financeiro de micro e pequenas empresas. **Redeca**, Barueri, v. 2, n. 2. Jul- Dez. 2015 p. 73-88. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2ovb6dp>. Acesso em 23 mai. 2020.

BENÍCIO, F.C. PORTELA, F. C. R. Planejamento Contábil Tributário como ferramenta para redução legal dos tributos: um levantamento bibliográfico da importância do Planejamento Tributário para as empresas. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 01, n. 113. 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/y63b68qk>. Acesso em: 22 mai. 2020.

BERTOLAMI, M. *et al.* Sobrevivência de empresas nascentes: influência do capital humano, social, práticas gerenciais e gênero. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p.311-335, mai./jun. 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/y636pcdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BOAS, R. G. V.; MORAIS, M. I. Informação contábil nas micro e pequenas empresa: uma pesquisa de campo na cidade de Tangará da Serra – MT. **Revista UNEMAT de contabilidade**. Nova Mutum, v. 3, n. 6, 93-117, 2014.

BRASIL. **Lei nº 14.020 de 06 de julho de 2020**. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <https://tinyurl.com/y67skcfo>. Acesso em 20 jul. 2020.

CANECA, R. L. *et al.* A influência de oferta de contabilidade gerencial na percepção da qualidade dos serviços contábeis prestados aos gestores de micro, pequenas e médias empresas. **Pensar Contábil**, v. XI, p. 35-44, 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 (R2). **Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em 29 jul. 2020.

COSTA, V. P. A importância do planejamento financeiro para o sucesso das micro e pequenas empresas. **Ciências Econômicas-Unisul Virtual**, 2018.

FERREIRA, L. F. F. *et al.* Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.

GONÇALVES, G. H. L.; GOMES, A. K. L. J. A contabilidade como ferramenta de gestão: um estudo com MPES. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 03, Ed. 11, Vol. 03, pp. 35-56, 2018.

GOUVEIA, Henrique *et al.* A influência do gênero dos gestores das microempresas na utilidade atribuída à contabilidade. **RGPLP**, Lisboa, v. 17, n. 1, p. 37-55, abr. 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6245vgg>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GUIMARÃES, Y. D. L. *et al.* Regulação contábil brasileira: percepção de uma amostra de contadores acerca da influência da legislação tributária sobre os serviços prestados a micro e pequenas empresas. **Revista refas**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 38-54, nov. 2020.

HALL, R. J. *et al.* Contabilidade como uma ferramenta da gestão: um estudo em micro e pequenas empresas do ramo de comércio de Dourados-MS. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 6, n. 3, p. 4-17, 2012.

KOS, S. R. *et al.* Compreensão e utilização da informação contábil pelos micros e pequenos empreendedores em seu processo de gestão. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 3, p. 35-50, 2014.

LUCENA, W. G. L. **Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama no agreste pernambucano**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Recife, 2004.

MAHAMID, I. Factors affecting contractor's business failure: contractors' perspective. **Engineering, Construction and Architectural Management**, v. 19 n. 3, p. 269-285, 2012.

MARQUES, L. *et al.* Artefatos da Contabilidade Gerencial: um estudo em cursos de graduação de Ciências Contábeis da região sul do Brasil. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 4-20, set./dez. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/y5oo3r5o>. Acesso em: 22 mai. 2020.

MATOS, W. A. Educação Empreendedora: Sua Importância Como Fator De Redução Da Mortalidade Precoce Das Micro e Pequenas Empresas. **Revista Educação -UNG-Ser**, v. 12, n. 2, p. 24 -30, 2018.

MENDONÇA, S. A. T. *et al.* O planejamento estratégico como ferramenta: um estudo sobre a eficiência das micro e pequenas empresas brasileiras. **Administração de Empresas em Revista**, Curitiba, v. 16, n. 17, p.50-68, 2017.

MORELLATO, D. P.; NASCIMENTO, E. R. Fluxo de Caixa e sua utilização para auxílio na gestão financeira das micro e pequenas empresas. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 7, n. 1, p. 201-217, jan.-jun. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/yxdu2lht>. Acesso em 23 mai. 2020.

MOREIRA, R. L. *et al.* A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 119-140, 2013.

NERY, G. P. M. CARRARO, W. B. W. H.; Percepções dos micros e pequenos empresários quanto à importância da contabilidade gerencial. **Revista de Administração e Contabilidade**, Santo Ângelo, v. 15, n. 30, p. 26 – 52, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/y3uwgc5>. Acesso em: 20 mai. 2020.

OLEIRO, W. N.; DAMEDA, A. N.; VICTOR, F. G. O uso da informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas atendidas pelo programa de extensão empresarial NEE/FURG. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 11, n. 1, p. 37-47, 2007.

REBOUÇAS, A. B. *et al.* Contabilidade como ferramenta de apoio ao processo decisório: fatores explicativos para a utilização ou não, percepções dos gestores das micro e pequenas empresas do município de Maragogipe-Ba. In: Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2020. **Anais [...]**. São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos.

RIGHI, A. S. *et al.* Contabilidade gerencial: uma análise do perfil das micro e pequenas empresas. **A Economia e o Turismo Construindo Paradigmas para os Novos Tempos**, v.1, n.1, p. 230 -251, 2019. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-xviii-i.pdf#page=231>. Acesso em 19 mai. 2020.

RIOS, R. P.; MARION, J. C. **Contabilidade avançada**: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade (NBC) e normas internacionais de contabilidade (IFRS). 1. ed. [2. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, M. A. C. D. *et al.* ITG 1000, Risco de Detecção e Informação Contábil: uma Análise Teórica sobre a Relação Custo versus Benefício para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. **Brazilian Business Review**, v. 13, n. 3, p. 50-71, 2016.

SANTOS, V. *et al.* Instrumentos da Contabilidade Gerencial utilizados em micro e pequenas empresas comerciais e disponibilizados por empresas de serviços contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 8, n. 24, p. 41-58, 2009.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira: Região Nordeste**. Brasília. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4dj8vx5>. Acesso em: 15 jul. 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Pequenos Negócios em Segmentos mais Vulneráveis à Crise do Coronavírus**. 2020b. Disponível em: <https://paineis-lai.sebrae.com.br/single/?appid=f9c6ba40-ae97-4aee-804e2eff863f4a6f&sheet=ce0f6f6d-5f3f-45e1-a4bd-31363554586b&opt=cursel&select=clearall>. Acesso: 28 de dez. 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **O Impacto da pandemia de corona vírus nos Pequenos Negócios – 2ª edição: Resultados Nacionais**. 2020c. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Impacto-do-coronav%C3%ADrus-nas-MPE-2%C2%AAedicao_geral-v4-1.pdf. Acesso: 28 de dez. 2020.

SEBRAE-SC. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Santa Catarina (SEBRAE). **Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual: diferenças e características.** 2020a. Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/blog/epp-microempresa-mei>. Acesso em: 19 mai. 2020.

SILVA, D. J. C. *et al.* Para que serve a informação contábil nas micro e pequenas empresas?. **Revista contemporânea de contabilidade**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 89 – 106, 2010.

SILVA, K. B. *et al.* Empreendedorismo e contabilidade: o contador como influência direta no sucesso de micro e pequenas empresas do município de Venda Nova do Imigrante-Es. In: Seminário Científico do UNIFACIG, 5, 2019, Manhuaçu, **Anais** [...]. Manhuaçu, 2019.

SMITH, M. S. J. *et al.* A informação contábil para gestão de micro empresas: limitações e desafios. **Diálogos em Contabilidade: Teoria e Prática**, v. 3, n. 1, 2015.

SIMPI. Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (SIMPI). **SIMPI/Datafolha: 9 em cada 10 pequenas indústrias não conseguiram acesso a crédito.** Cuiabá, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/y56e3fw5>. Acesso em 20 jul. 2020.